

CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA
(2011 A 2015)



MATÉRIAS
APRECIADAS

Sessão Legislativa 2012

1/2/12 a 24/12/12

Mesa Diretora

Presidente: Marco Maia

1º Vice-Presidente: Rose de Freitas

2º Vice-Presidente: Eduardo da Fonte

1º Secretário: Eduardo Gomes

2º Secretário: Jorge Tadeu Mudalen

3º Secretário: Inocêncio Oliveira

4º Secretário: Júlio Delgado

Suplentes de Secretário

1º Suplente: Geraldo Resende

2º Suplente: Manato

3º Suplente: Carlos Eduardo Cadoca

4º Suplente: Sérgio Moraes

I – ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TRABALHOS DO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2012

1. Número de Sessões realizadas	357	
. Sessões ordinárias deliberativas*	51	
. Sessões ordinárias não deliberativas (debates e trabalho de comissões)*	124	
. Sessões extraordinárias deliberativas	109	
. Sessões não deliberativas Solenes*	72	
. Comissões Gerais	1	
*Alterada a denominação pela Resolução nº 19 de 17/10/12		
2. Números de proposições aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário	176	
	MATÉRIAS APROVADAS	MATÉRIAS REJEITADAS
- Propostas de Emenda Constitucional	6	-
- Medidas Provisórias	38	-
- Projetos de Lei Complementar	4	-
- Projetos de Lei	73	-
- Projetos de Decreto Legislativo	43	-
- Projetos de Resolução	11	-
- Objetos de Deliberação	1	-
TOTAL	176	-
3. Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário (*)	490	
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO	666	

* Concessão de efeito suspensivo ao Recurso em Questão de Ordem, Destaque, Emenda, Mensagem de Retirada de Proposição, Parecer, Recursos, Redação do Vencido em 1º Turno de PEC, Redação Final, Requerimento de Adiamento de Discussão ou de Votação, Requerimento de Destaque, Requerimento de Encerramento de Discussão, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Preferência, Requerimento de Prorrogação da Sessão, Requerimento de Retirada de Emenda, Requerimento de Retirada de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimento de Votação artigo por artigo, ou de emenda uma a uma, Requerimento de Votação em Globo, Requerimento para Inclusão de Matéria em Pauta, Requerimento para Dispensa de Interstício, Requerimento para Representação da Câmara por Comissão Externa, Subemenda, moção.

**TRABALHOS DAS COMISSÕES DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS
2012**

4. Número de matérias (PL, PDC) aprovadas conclusivamente (art.24, II)	585*
<i>Fonte: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC</i>	
5. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes	1076
<i>Fonte: Departamento de Comissões (Decom)</i>	
6. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Temporárias	254
<i>Fonte: Departamento de Comissões (Decom)</i>	
7. Número de Comissões Temporárias	49
. Parlamentares de Inquérito em funcionamento	3
. Especiais Encerradas	2
. Especiais em funcionamento	34
. Externas em funcionamento	10

* Dados retificados em 21/12/12

MATÉRIAS APRECIADAS

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO				
Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PEC 270/08	Andreia Zito	Acrescenta o § 22 ao artigo 40 da Constituição Federal de 1988. Garante ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade.	14.2.12 (2º turno)	Emenda Constitucional 70/12
PEC 445/09	Senado Federal	Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.	6.3.12 (2º turno)	Emenda Constitucional 69/12
PEC 153/03	Maurício Rands	Altera o art. 132 da Constituição Federal, para regulamentar a carreira de Procurador Municipal.	27.3.12 (1º turno) 10.4.12 (2º turno)	Vai ao Senado Federal
PEC 438/01	Senado Federal	Estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba.	22.5.12 (2º turno)	Volta ao Senado Federal
PEC 416/05	Paulo Pimenta	Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura.	30.5.12 (1º turno) 26.6.12 (2º turno)	Emenda Constitucional 71/12
PEC 478/10	Carlos Bezerra	Revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.	21.11.12 (1º turno) 4.12.12 (2º turno)	Vai ao Senado Federal

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
-------------------	--------------	------------------------	-----------------------------	-----------------

MPV 546/11 PLV 1/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências.	7.2.12	Lei 12.597/12 (veto parcial)
MPV 544/11 PLV 2/12	Poder Executivo	Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências.	14.2.12	Lei 12.598/12
MPV 545/11 PLV 3/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências.	14.2.12	Lei 12.599/12 (veto parcial)

MPV 547/11 PLV 4/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Explicação: Cria o cadastro nacional de municípios com áreas propícias à ocorrência de escorregamentos de grande impacto ou processos geológicos correlatos.	6.3.12	Lei 12.608/12
MPV 548/11 PLV 5/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica. Explicação: Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.	6.3.12	Lei 12.606/12
MPV 550/11 PLV 6/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.	14.3.12	Lei 12.613/12
MPV 549/11 PLV 7/12	Poder Executivo	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona.	10.4.12	Lei 12.649/12 (veto parcial)
MPV 551/11 PLV 8/12	Poder Executivo	Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências.	11.4.12	Lei 12.648/12
MPV 552/11 PLV 9/12	Poder Executivo	Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.	17.4.12	Lei 12.655/12
MPV 553/11	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica.	18.4.12	Lei 12.626/12
MPV 555/11	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do caput art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, e dá outras providências.	2.5.12	Lei 12.652/12

MPV 554/11 PLV 11/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002.	9.5.12	Lei 12.666/12
MPV 558/12 PLV 12/12	Poder Executivo	Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências.	15.5.12	Lei 12.678/12
MPV 559/12 PLV 13/12	Poder Executivo	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELG D e dá outras providências.	12.6.12	Lei 12.688/12 (veto parcial)
MPV 560/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica.	13.6.12	Lei 12.680/12
MPV 561/12 PLV 15/12	Poder Executivo	Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.	19.6.12	Lei 12.693/12 (veto parcial)
MPV 562/12 PLV 10/12	Poder Executivo	Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, inclui os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, contempla com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, dispõe sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.	26.6.12	Lei 12.695/12
MPV 566/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 706.400.000,00, para os fins que especifica.	3.7.12	Lei 12.684/12
MPV 567/12 PLV 17/12	Poder Executivo	Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.	4.7.12	Lei 12.703/12

MPV 568/12 PLV 14/12	Poder Executivo	Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Exterior Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos de Agente de Combate às Endemias e de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações e adicionais que menciona, e dá outras providências.	4.7.12	Lei 12.702/12
---------------------------------------	--------------------	---	--------	---------------

MPV 563/12 PLV 18/12	Poder Executivo	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.	16.7.12	Lei 12.715/12 (veto parcial)
MPV 564/12 PLV 19/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências.	17.7.12	Lei 12.712/12 (veto parcial)
MPV 565/12 PLV 20/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro	21.8.12	Lei 12.716/12 (veto parcial)
MPV 569/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 688.497.000,00, para os fins que especifica.	22.8.12	Lei 12.713/12

MPV 570/12 PLV 16/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências.	4.9.12	Lei 12.722/12
MPV 571/12 PLV 21/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.	18.9.12	Lei 12.727/12 (veto parcial)
MPV 572/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00, para os fins que especifica.	9.10.12	Lei 12.728/12
MPV 573/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00, para os fins que especifica.	10.10.12	Lei 12.729/12
MPV 574/12 PLV 22/12	Poder Executivo	Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona.	31.10.12	Perdeu eficácia no Senado Federal
MPV 576/12 PLV 23/12	Poder Executivo	Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências.	13.11.12	Lei 12.743/12

MPV 575/12 PLV 25/12	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Emendas do Senado Federal	20.11.12 4.12.12	Vai à Sanção
MPV 580/12 PLV 24/12	Poder Executivo	Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008, que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec, e nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e dá outras providências.	20.11.12	Lei 12.745/12
MPV 583/12	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 676.000.000,00, para os fins que especifica.	27.11.12	Lei 12.739/12
MPV 578/12 PLV 27/12	Poder Executivo	Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI	28.11.12	Vai à Sanção
MPV 584/12 PLV 26/12	Poder Executivo	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.	28.11.12	Lei 12.780/12
MPV 577/12 PLV 29/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências.	4.12.12	Vai ao Senado Federal
MPV 585/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	11.12.12	Vai ao Senado Federal
MPV 579/12 PLV 30/12	Poder Executivo	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.	18.12.12	Lei 12.783/13 (veto parcial)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
------------	-------	-----------------	----------------------	----------

PLP 230/04	Antônio Carlos Mendes Thame	Modifica a Lista de Serviços Tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.	18.4.12	Veto integral
PLP 362/06	Poder Executivo	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.	29.5.12	Vai ao Senado Federal
PLP 579/10	Poder Executivo	dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.	31.10.12	Vai ao Senado Federal
PLP 114/11	Senado Federal	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	21.11.12	Veto integral

PROJETOS DE LEI

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PL 5.312/09	Ministério Público da União	Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar. Cria um cargo de Procurador e dois de Promotor de Justiça Militar.	15.2.12	Lei 12.673/12
PL 1.992/07	Poder Executivo	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, e dá outras providências	29.2.12	Lei 12.618/12 (veto parcial)
PL 2.784/08	Rebecca Garcia	Institui a obrigatoriedade de prestação de atendimento cirúrgico-plástico a portadores de defeitos físicos causadores de sofrimento moral relevante.	7.3.12	Vai ao Senado Federal

PL 1.830/11	Tribunal Superior do Trabalho	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.	15.3.12	Lei 12.616/12
PL 1.831/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, define jurisdição e dá outras providências.	15.3.12	Lei 12.656/12
PL 1.834/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.	15.3.12	Lei 12.617/12
PL 1.828/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências.	22.3.12	Lei 12.657/12
PL 1.832/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.	22.3.12	Lei 12.658/12
PL 1.835/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	22.3.12	Lei 12.659/12
PL 2.330/11	Poder Executivo	Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil.	28.3.12	Lei 12.663/12 (veto parcial)
PL 1.806/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.	29.3.12	Lei 12.660/12
PL 1.833/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências.	29.3.12	Lei 12.674/12
PL 1.874/11	Tribunal Superior do Trabalho	Dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.	29.3.12	Lei 12.661/12
PL 99/07	Tarcísio Zimmermann	Dispõe sobre o exercício da profissão de Motorista.	3.4.12	Lei 12.619/12 (veto parcial)
PL 1.597/11	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e cria os respectivos cargos de Juízes Federais.	3.4.12	Lei 12.665/12
PL 7.528/06	Poder Executivo	Emendas do Senado Federal Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego.	22.5.12 3.4.12	Vai ao Senado Federal

PL 5.607/09	Hugo Leal	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", estabelecendo que também a concentração de álcool por litro de ar alveolar pulmonar sujeita o condutor às penalidades do art.165 e outras providências.	11.4.12	Lei 12.760/12
PL 1.876/99	Sérgio Carvalho	Dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências.	25.4.12	Lei 12.651/12 (veto parcial)
PL 6.721/10	Ministério Público da União	Transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto em cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.	26.4.12	Lei 12.676/12
PL 2.458/11	Senado Federal	Altera as Leis nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, e nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências.	2.5.12	Lei 12.654/12
PL 3.331/12	Poder Executivo	Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências.	2.5.12	Lei 12.653/12
PL 6.719/09	Senado Federal – CPI da Pedofilia	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.	8.5.12	Lei 12.650/12
PL 2.793/11	Paulo Teixeira	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.	15.5.12	Lei 12.737/12
		Emendas do Senado Federal	7.11.12	
PL 1.812/11	Senado Federal	Dispõe sobre a venda de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada.	15.5.12	Lei 12.664/12 (veto parcial)
PL 6.405/02	Senado Federal	Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.	16.5.12	Volta ao Senado Federal
PL 3.839/12	Roberto Balestra	Estabelece os critérios a serem adotados para expedição da certidão de quitação eleitoral e estipula sanções aos candidatos, no caso de desaprovação de suas contas de campanha.	22.5.12	Vai ao Senado Federal
PL 3.887/97	Senado Federal	Dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes, e dá outras providências.	5.6.12	Lei 12.732/12

PL 4.024/12	Senado Federal	Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp); altera as Leis nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e revoga dispositivo da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.	12.6.12	Lei 12.681/12
PL 2.786/11	Poder Executivo	Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. Emendas do Senado Federal	13.6.12 22.8.12	Lei 12.714/12
PL 643/11	Efraim Filho	Da nova redação ao art. 334 do Código Penal e acrescenta o art. 334-A, também no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	13.6.12	Vai ao Senado Federal
PL 3.754/12	Senado Federal	Altera os arts. 132,134,135 a 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.	13.6.12	Lei 12.696/12 (veto parcial)
PL 2.729/03	Leonardo Picciani	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; da Lei nº 9.279, de 1996 - Código de Propriedade Industrial; da Lei nº 9.610, de 1998 - Lei de Direitos Autorais e Lei nº 9.609, de 1998 - Lei de Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador.	13.6.12	Vai ao Senado Federal
PL 1.089/03	Benedito de Lira	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico para uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário e dá outras providências.	26.6.12	Lei 12.689/12 (veto parcial)
PL 4.622/04	Pompeo de Mattos	Altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para a fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho.	27.6.12	Lei 12.690/12 (veto parcial)
PL 6.381/05	Senado Federal	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.	27.6.12	Lei 12.787/12 (veto parcial)
PL 2.057/07	Senado Federal	Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes de competência da Justiça Federal praticados por grupos criminosos organizados e dá outras providências.	4.7.12	Lei 12.694/12 (veto parcial)
PL 4.668/04	José Eduardo Cardozo	Revoga os arts. 59 e 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 1941, Lei das Contravenções Penais.	8.8.12	Vai ao Senado Federal

PL 5.444/09	Paulo Pimenta	Altera o art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para aumentar a pena para o crime de tráfico de entorpecente no caso especificado.	8.8.12	Vai ao Senado Federal
PL 4.478/04	Enio Bacci	Acresce parágrafo único ao art. 243 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.	8.8.12	Vai ao Senado Federal
PL 3.772/08	Senado Federal	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.	22.8.12	Volta ao Senado Federal
PL 1.631/11	Senado Federal	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	4.9.12	Lei 12.764/12 (veto parcial)
PL 370/07	Luiz Couto	Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, e dá outras providências.	5.9.12	Lei 12.720/12
PL 3.430/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT.	18.9.12	Lei 12.742/12
PL 6.316/09	Marco Maia	Dispõe sobre a instalação de Free Shopping nas faixas de fronteira.	18.9.12	Lei 12.723/12 (veto parcial)
PL 2.784/11	Poder Executivo	Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	18.9.12	Lei 12.736/12
PL 2.881/04	Poder Executivo	Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.	16.10.12	Lei 12.731/12
PL 2.453/07	Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro	Dispõe sobre o Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), a inviolabilidade do sigilo de suas investigações e dá outras providências.	16.10.12	Vai ao Senado Federal

PL 7.432/02	Comissão de Legislação Participativa	Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acrescentar a acessibilidade aos portais públicos da Internet.	31.10.12	Vai ao Senado Federal
PL 2.565/11	Senado Federal	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.	6.11.12	Lei 12.734/12 (veto parcial)
PL 84/99	Luiz Piauhyllino	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências	7.11.12	Lei 12.735/12 (veto parcial)
PL 7.177/02	Jandira Feghali	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde.	7.11.12	Lei 12.738/12
PL 865/11	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências.	7.11.12	Vai ao Senado Federal
PL 1.033/03	Vanessa Grazziotin	Institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores. NOVA EMENTA: Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas. Emendas do Senado Federal	13.11.12	Lei 12.740/12
PL 1.472/07	Senado Federal	Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.	13.11.12	Lei 12.741/12 (veto parcial)

PL 4.682/12	Manuela Dávila	Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.	21.11.12	Lei 12.761/12
PL 5.732/09	Senado Federal	Permite que o trabalhador com mais de 60 (sessenta) anos de idade e aquele que receba benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, saquem seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-Pasep.	21.11.12	Veto integral
PL 4.230/12	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de três varas federais no Estado do Amapá e dá outras providências.	27.11.12	Lei 12.762/12
PL 4.367/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação de cargos de Defensor Público Federal	4.12.12	Lei 12.763/12
PL 5.658/09	Senado Federal – CPI da Pedofilia	Considera-se crime hediondo os crimes de exploração sexual ou prostituição infantil e pedofilia, com venda ou exposição de fotografia e vídeo que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.	5.12.12	Volta ao Senado Federal
PL 6.578/09	Senado Federal	Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal e dá outras providências.	5.12.12	Volta ao Senado Federal
PL 7.749/10	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.	5.12.12	Lei 12.771/12
PL 7.753/10	Ministério Público da União	Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.	5.12.12	Lei 12.770/12
PL 4.362/12	Procuradoria-Geral da República	Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	5.12.12	Lei 12.773/12 (veto parcial)
PL 4.363/12	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	5.12.12	Lei 12.774/12

PL 4.368/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação.	5.12.12	Lei 12.772/12
-------------	-----------------	---	---------	---------------

PL 4.369/12	Poder Executivo	<p>Dispõe sobre remuneração e reajuste de Planos de Cargos, Carreiras e Planos Especiais de Cargos do Poder Executivo federal; sobre as remunerações do Grupo DACTA, dos cargos da área de Ciência e Tecnologia, dos cargos de atividades técnicas da fiscalização federal agropecuária, da Carreira do Seguro Social, das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico-Pericial, e dos empregados beneficiados pela Lei nº 8.878; sobre a criação de cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, e do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691; altera os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas constantes da Lei no 11.784; altera as Leis nº 11.907, quanto às Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária, de Agente Penitenciário Federal e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça; nº 10.410 e nº 11.357 para dispor sobre a remuneração da carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA; e dá outras providências.</p> <p>Emendas do Senado Federal</p>	5.12.12	Lei 12.778/12
PL 4.399/12	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Dispõe sobre a transformação de cargos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	19.12.12	Lei 12.782/12

PL 2.205/11	Poder Executivo	Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cargos em comissão, funções gratificadas.	5.12.12	Vai ao Senado Federal
PL 4.365/12	Poder Executivo	Cria cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo; da Carreira de Analista de Infraestrutura; do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia; da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, dos Planos de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial; cargos da Agência Nacional de Saúde Suplementar.	5.12.12	Vai ao Senado Federal
PL 4.371/12	Poder Executivo	Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal, Defensor Público da União e da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, das Carreiras de Gestão Governamental, Diplomata, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal e dos cargos de Delegado de Polícia Civil, Perito Criminal Civil, Médico-Legista Civil, Técnico em Medicina Legal Civil e Técnico em Polícia Criminal Civil da Carreira Policial Civil dos Extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.	6.12.12	Lei 12.775/12 (veto parcial)

PL 1.863/11	Tribunal de Contas da União	Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	11.12.12	Lei 12.776/12 (veto parcial)
PL 2.167/11	Mesa da Câmara dos Deputados	Altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	12.12.12	Lei 12.777/12 (veto parcial)
PL 4.887/12	Senado Federal	Altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.	19.12.12	Lei 12.779/12

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
-------------------	--------------	------------------------	-----------------------------	-----------------

PDC 220/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.	15.2.12	Decreto Legislativo 189/12
PDC 2.841/10	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.	15.2.12	Decreto Legislativo 150/12
PDC 45/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	15.2.12	Decreto Legislativo 88/12
PDC 48/11	CREDN	Aprova o Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Educacional, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.	15.2.12	Decreto Legislativo 328/12
PDC 229/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 9 de setembro de 2010.	15.2.12	Decreto Legislativo 186/12
PDC 298/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática e Repartições Consulares, celebrado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.	15.2.12	Decreto Legislativo 188/12
PDC 313/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010.	15.2.12	Vai ao Senado Federal
PDC 324/11	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 16 de abril de 2008.	15.2.12	Decreto Legislativo 187/12

PDC 2.547/10	CREDN	Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II (FUMIN II), assinado na cidade de Okinawa, no Japão, em 9 de abril de 2005.	1.3.12	Decreto Legislativo 329/12
PDC 2.996/10	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.	1.3.12	Decreto Legislativo 192/12
PDC 27/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Berna, em 29 de setembro de 2009.	1.3.12	Decreto Legislativo 190/12
PDC 221/11	CREDN	Aprova o Texto de Emendas à Convenção do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).	1.3.12	Decreto Legislativo 243/12
PDC 226/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Kingston, em 1º de dezembro de 2010.	1.3.12	Decreto Legislativo 193/12
PDC 222/11	CREDN	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 11 de abril de 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional.	8.3.12	Decreto Legislativo 538/12
PDC 223/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010.	8.3.12	Decreto Legislativo 194/12
PDC 228/11	CREDN	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.	8.3.12	Decreto Legislativo 330/12

PDC 353/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia, sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, assinado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011.	8.3.12	Decreto Legislativo 195/12
PDC 2.838/10	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burkina Faso sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2009.	15.3.12	Decreto Legislativo 331/12
PDC 350/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.	15.3.12	Decreto Legislativo 196/12
PDC 354/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.	15.3.12	Decreto Legislativo 244/12
PDC 474/11	CREDN	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.	19.4.12	Decreto Legislativo 539/12
PDC 523/11	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (TAC), firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976 pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bem como de seus Protocolos Adicionais.	19.4.12	Decreto Legislativo 191/12
PDC 540/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.	19.4.12	Decreto Legislativo 245/12

PDC 559/12	CREDN	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.	26.4.12	Decreto Legislativo 149/12
PDC 475/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.	26.4.12	Decreto Legislativo 246/12
PDC 525/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Guiné Equatorial sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais, assinado em Malabo, em 5 de julho de 2010.	26.4.12	Decreto Legislativo 425/12
PDC 370/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Bamaco, em 22 de outubro de 2009.	17.5.12	Decreto Legislativo 333/12
PDC 492/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.	17.5.12	Decreto Legislativo 332/12
PDC 576/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.	29.5.12	Decreto Legislativo 248/12

PDC 584/12	Senado Federal	Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.	26.6.12	Decreto Legislativo 247/12
PDC 555/12	CREDN	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.	19.9.12	Vai à Promulgação
PDC 513/11	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercosul de nº 15/08, das Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán.	17.10.12	Vai à Promulgação
PDC 2.304/09	Fátima Bezerra	Susta a aplicação do Memorando-Circular Conjunto nº 01/INSS/PFE/DRH, de 30 de junho de 2009, do Instituto Nacional do Seguro Social – Ministério da Previdência Social e concede anistia da multa aplicada à Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, em função do movimento grevista ocorrido em junho/julho de 2009.	17.10.12	Vai ao Senado Federal
PDC 539/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.	01.11.12	Vai à Promulgação
PDC 562/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.	01.11.12	Vai à Promulgação
PDC 44/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.	8.11.12	Vai à Promulgação

PDC 524/11	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.	8.11.12	Vai à Promulgação
PDC 552/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009.	8.11.12	Vai à Promulgação
PDC 607/12	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.	8.11.12	Vai à Promulgação
PDC 563/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.	14.11.12	Vai à Promulgação
PDC 2.438/10	CREDN	Aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970. Emendas do Senado Federal	6.12.12	Vai à Promulgação
PDC 512/11	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto Decisão CMC Nº 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.	6.12.12	Vai ao Senado Federal
PDC 581/12	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.	6.12.12	Vai ao Senado Federal

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PRC 25/11	Vitor Paulo	Cria o Grupo Parlamentar Brasil - Países Caribenhos.	15.2.12	Resolução 10/12

PRC 55/11	Giovanni Queiroz	Denomina o Plenário de nº 08 das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados de Deputado Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa.	15.2.12	Resolução 11/12
PRC 115/12	Guilherme Campos	Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura.	7.3.12	Resolução 12/12
PRC 132/08	José Carlos Araújo	Denomina de Deputado Ricardo Izar o espaço físico onde funciona o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	27.3.12	Resolução 13/12
PRC 122/12	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Institui a Comissão Permanente de Disciplina.	10.4.12	Resolução 14/12
PRC 121/12	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre jornada de trabalho dos servidores da Câmara dos Deputados em órgãos cujos serviços exigem atividades ininterruptas.	26.4.12	Resolução 15/12
PRC 163/04	Luis Carlos Heinze	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Uruguaí	17.5.12	Resolução 16/12
PRC 121/08	Nilmar Ruiz	Cria o Grupo Parlamentar Brasil - Colômbia.	17.5.12	Resolução 17/12
PRC 141/12	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a remuneração dos servidores efetivos e comissionados da Câmara dos Deputados.	4.7.12	Resolução 18/12
PRC 149/12	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera os arts. 4º, 5º, 65, 66, 68, 227 e 280 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17, de 21 de setembro de 1989.	17.10.12	Resolução 19/12
PRC 87/11	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre o reposicionamento de servidores nas Tabelas de Vencimentos Básicos da Câmara dos Deputados	21.11.12	Resolução 20/12

OUTRAS MATÉRIAS

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
------------	-------	-----------------	----------------------	----------

OBJ 7/12	Mesa Diretora da Câ m ar a do s De pu ta do s	Eleição para membro do Conselho Nacional do Ministério Público.	14.3.12	Eleito Luiz Moreira Gomes Júnior
-----------------	---	---	---------	----------------------------------

- **COMISSÕES GERAIS**

- Comissão Geral para debater a situação financeira dos municípios brasileiros – 17.5.12

- **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

- Tráfico de Pessoas no Brasil
- Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- Trabalho Escravo

- **COMISSÕES ESPECIAIS**

- **Comissões Especiais Encerradas**

- PEC 445/09 – Defensoria Pública Distrito Federal
- Bebidas Alcoólicas

- **Comissões Especiais em Funcionamento**

- PEC 032/99 – Bolsa/Crédito Educativo Aluno Carente
- PL 3.555/04 – Normas Gerais Contrato Seguro Privado
- Aprimoramento das Instituições Brasileiras
- Reformulação do Ensino Médio
- PEC 005/11 – Subsídios Cargos Públicos
- PL 7663/10 – Sistema Nac. Políticas sobre Drogas
- PL 3538/12 – Cria a Empresa Amazul de Tecnologias
- PL 3460/04 – Cria o Estatuto da Metr pole
- PEC 010/11 – Plano de Metas dos Poderes Executivos
- PEC 111/11 – Servidores dos Ex-Territórios
- PEC 037/11 – Competência da Investiga o Criminal
- PL 5403/01 – Marco Civil da Internet
- PL 1572/11 – Institui o Código Comercial

- PEC 405/09 – Aposentadoria para Garimpeiro
- Agroindústria e Produtor Rural
- PL 1.610/96 – Exploração Recursos Terras Indígenas
- PL 7.420/06 – Lei de Responsabilidade Educacional
- PL 2.330/11 – Copas do Mundo e das Confederações
- PL 6.826/10 – Atos Contra a Administração Pública
- PL 7.123/10 – Estrada-Parque Caminho do Colono
- PEC 478/10 – Igualdade de Direitos Trabalhistas
- PL 7.672/10 – Educação Sem Uso de Castigos Corporais
- Lei da Anistia
- PEC 443/09 – Remuneração dos Advogados Públicos
- PL 6.025/05 – Código de Processo Civil
- Segurança Pública
- PL 7.495/06 – Cria empregos públicos na FUNASA
- PEC 10/95 – Sistema Distrital Misto
- PL 8.035/10 – Plano Nacional de Educação
- Parlamento Jovem Brasileiro
- Reforma Política
- Regulamentação da Constituição Federal
- RES 29/93 – Documentos Sigilosos
- PEC 207/12 – Defensorias Públicas da União e do DF

- **COMISSÕES EXTERNAS**

- **Comissões Externas em Funcionamento**

- Legado Copa e jogos olímpicos para o Rio e Região
- Disparos contra o jornalista Ricardo Gama no Rio
- Lixo Hospitalar em Pernambuco
- Jornada da Juventude 2013 no Rio
- Assembleia Legislativa do Pará
- Entrada de Produtos do Japão
- Vazamento de Óleo ocorrido na Bacia de Campos
- Violência Contra Povo Indígena Guarani-Kaiowá
- Luta dos Indígenas
- Reserva Suiá-Missú